



A marcação de gênero no português brasileiro como uma implicatura escalar

Kayron Bevilaqua

Instituto Federal de Santa Catarina, Rua José Lino Kretzer, 608, Praia Comprida, 88103-902, São José, Santa Catarina, Brasil. E-mail: kayronbevilaqua@gmail.com

RESUMO. Neste artigo, investigamos o fenômeno da marcação de gênero no Português Brasileiro (PB), com o objetivo de compreender as contribuições semântica e pragmática do morfema -o nos sintagmas nominais designadores de indivíduos humanos. O tema é controverso, de um lado há teorias morfológicas estruturalistas que analisam o morfema -o como genérico, no sentido de não carregar traço de gênero. De outro, há movimentos e diversos setores da sociedade que afirmam que o morfema -o designa o gênero masculino e que é preciso buscar maior representatividade nas formas linguísticas. Nossa proposta busca construir uma ponte entre esses dois polos. A partir da metodologia experimental, buscamos conhecer e quantificar como os falantes nativos do PB interpretam os morfemas -o e -a em sintagmas nominais definidos designando referentes femininos. Os resultados apontaram uma oscilação para o morfema -o: ora é interpretado como masculino, ora é interpretado como genérico. Por outro lado, os resultados apontaram que o morfema -a designa exclusivamente referentes femininos. À luz da Pragmática Formal, analisamos tais resultados e concluímos que o par de morfemas -o/-a dispara uma implicatura escalar. Desse modo, por implicatura, o morfema -o acaba sendo interpretado como exclusivamente masculino e não como genérico, embora morfológica e semanticamente não carregue marca de gênero.

Palavras-chave: feminino; gênero; implicatura escalar; masculino genérico.

Gender marking in brazilian portuguese as a scalar implicature

ABSTRACT. In this paper, we investigate the phenomenon of gender marking in Brazilian Portuguese, aiming to understand the semantic and pragmatic contributions of the morpheme -o associated with nominal phrases designating human individuals. The topic is indeed controversial. On one side, there are structuralist morphological theories that analyze the morpheme -o as generic, in the sense that it does not carry gender features. On the other side, there are various sectors of society asserting that the morpheme -o designates the masculine gender and that there is a need to seek greater representativeness in linguistic forms. Our analysis aims to build a bridge between these two poles. Using experimental methodology, we seek to understand and quantify how native speakers interpret the morphemes -o and the morpheme -a in defined nominal phrases designating female individuals. The results indicated an oscillation for the morpheme -o: sometimes it is interpreted as masculine, sometimes as generic. On the other hand, the results showed that the morpheme -a exclusively designates female referents. In light of Formal Pragmatics, we analyze these results and conclude that the pair of morphemes -o/-a triggers a scalar implicature. Thus, through implicature, the morpheme -o ends up being interpreted as exclusively masculine and not as generic, even though morphologically and semantically it does not carry gender features.

Keywords: feminine; gender; scala implicature; generic masculine.

Received on March 26, 2024.
Accepted on September 21, 2024.

Introdução

Neste artigo, apresentamos evidências experimentais sobre a interpretação dos morfemas -a e -o no Português Brasileiro (PB) associados a sintagmas nominais que referenciam indivíduos humanos numa relação do gênero gramatical com o gênero social. No campo da Linguística Estruturalista, há análises morfológicas, já relativamente bem aceitas e estabelecidas na literatura da área (Camara Jr., 1970); Martin (1975) e Possenti (2012) que consideram a marcação de gênero no Português Brasileiro (PB) restrita ao feminino, realizada pelo morfema -a. Essa seria a forma que carrega então o traço de gênero nos nomes que designam indivíduos humanos, em oposição à sua ausência. Nesse sentido, o morfema¹ expresso -o não

¹Camara Jr. (1970) utiliza-se dos termos flexão de gênero e sufixo flexional, principalmente por reconhecer sua propriedade gramatical de concordância sintática com, por exemplo, *Acta Scientiarum. Language and Culture*, v. 46, e71760, 2024

carregaria marcas de gênero, sendo responsável apenas pela classe temática. Para além das análises linguísticas, no campo das diversas relações sociais e políticas, vemos interpretações e análises que classificam o morfema -o como designador do gênero masculino, além da emergente necessidade de criação de marcas de gênero não binárias no PB, em busca de representatividade, igualdade ou mesmo como reação à discriminação e sexismo.

Quando cruzamos os anseios de certos setores da sociedade com os estudos linguísticos estruturais, a questão que se impõe então é: por que razão devemos adotar uma linguagem considerada inclusiva, no sentido de criarmos uma marcação tripartite de gênero, por exemplo, se o próprio morfema -o no PB não marca gênero, de acordo com os estudos bem estabelecidos de Camara Jr. (1970), entre outros? É nesse lugar que geralmente o embate se coloca, e não são incomuns posturas de linguistas que reagem negativamente a qualquer proposta, pois vai de encontro aos estudos linguísticos prévios, assim não encontrando sustentação na teoria morfológica descrita para o PB.

De uma certa forma, seria redundante exigir um morfema sem comprometimento com gênero quando a língua já tem um disponível. Contudo, como ignorar a intuição dos falantes de PB que não identificam, no uso, o morfema -o como genérico, mas como masculino? Parece-nos que as propostas morfológicas tradicionais não são suficientemente eficazes para contemplar a intuição de falantes sobre a atribuição de gênero masculino ao morfema -o no PB.

Com este artigo, pretendemos preencher uma lacuna nessa discussão. Propomos um caminho de acomodação da teoria linguística morfológica de masculino genérico com a interpretação de que o morfema -o marca o gênero masculino, bem como com os anseios de criação de marcas de gênero inclusivas. Não iremos necessariamente tratar essa questão como um caso de sexismo linguístico (em que a escolha do gênero gramatical masculino como *default* seria motivada e que a língua produz historicamente uma desigualdade de gênero), muito embora não recusemos a ideia de que marcas linguísticas possam reproduzir discriminações de ordens diversas.

Ademais, analisamos o fenômeno de forma complementar à questão puramente estrutural de gênero não marcado desconectada do contexto linguístico de uso e das relações sociais. Para tanto, lançamos mão da

Pragmática Formal, mais especificamente da Teoria das Implicaturas de Grice (1975). Defendemos que o par de morfemas da marcação de gênero no PB (-a/-o) dispara uma implicatura escalar. Desse modo, o morfema -o acaba sendo interpretado como exclusivamente masculino e não como genérico, como ocorre no nível semântico.

Resgates teóricos

Estudos morfológicos tradicionais

De uma forma geral, relevando-se certas nuances, as propostas de análises estruturais morfológicas sobre o gênero no PB, que remontam pelo menos aos anos 1970, defendem o gênero como uma categoria puramente gramatical e que o morfema -o, em palavras como ‘aluno’, não carrega o gênero masculino, mas seria apenas uma vogal temática, sem valor flexional, pois o PB só marca gênero através do morfema -a, de gênero gramatical feminino.

Partindo de uma concepção estruturalista e de um sistema de oposições, dicotômico, Camara Jr. (1970, p. 89) afirma que “[...] o masculino é uma forma geral não marcada, e o feminino indica uma especialização [...]”. Dessa forma, a vogal -o em vocábulos como ‘menino’, seria uma vogal temática, sem carregar traço de marcação de gênero. O autor ainda acrescenta que “[...] a flexão de gênero é uma só, com pouquíssimos alomorfes: o acréscimo, para o feminino, do sufixo flexional -a”. Assim, o morfema -a se associa a formas femininas em oposição à ausência de qualquer marca. De forma similar, Martin (1975), em sua análise morfológica, também aventa a não existência da marcação de gênero masculino no PB, propondo uma oposição entre nomes ‘com marca de gênero’ e nomes ‘não-marcados’. A consequência natural é que a forma masculina não é, na verdade, masculina, mas genérica, no sentido de não carregar gênero.

Mais recentemente, Possenti (2012) também defende uma mesma linha de análise. Baseando-se em argumentos de Martin (1975), o autor aponta para a existência da concordância de gênero no PB e para os casos em que não há gênero explicitamente, como em orações sem sujeito (ex.: ‘está frio’) e em orações subjetivas (como ‘navegar é preciso’). Com isso, o autor argumenta que, assim como nesses casos anteriores,

artigos, numerais, adjetivos, etc. Com o avançar da discussão, veremos que é possível também analisar o -o como uma vogal temática, diferentemente de -a, que seria uma desinência/morfema flexional de gênero. Usaremos o termo ‘morfema’ neste artigo por considerarmos mais abrangente, adotando o conceito de uma unidade mínima com valor morfológico distintivo.

“[...] nomes considerados masculinos, na verdade, são apenas um dos casos de ausência de feminino, ou seja, de ausência de marca de gênero” (Martin, 1975, p. 4).

Considerando os postulados discutidos acima, não podemos, contudo, encerrar a discussão nesse ponto. O argumento de autoridade não pode ser imposto como verdade absoluta dentro de um paradigma de investigação científico. Deve, como defende Lucchesi (2021), portanto, ser colocado à prova e confrontado com outras análises linguísticas, mas também deve ser confrontado com os espaços de debate social, político e ideológico, em que se situa a discussão sobre a discriminação na linguagem e adoção de marca de gênero inclusiva, que é o plano ideológico da relação das categorias linguísticas com a vida social. Na subseção a seguir, apresentamos contrapontos de outros autores para as análises morfológicas tradicionais.

Análises recentes

Para além das propostas estruturalistas, é possível reconhecer análises que colocam o morfema -o como designador de gênero masculino no PB. O Manual de Linguagem Inclusiva Não Sexista (Rio Grande do Sul, 2014, p. 11), por exemplo, com o intuito de orientar a linguagem escrita dos órgãos e publicações do Poder Executivo Estadual, postula, já nas suas primeiras páginas, que é possível “[...] afirmar que existe o gênero feminino e existe o gênero masculino”. Ademais, segue: “Não há um acordo sobre concepção do gênero gramatical dos nomes substantivos entre as pessoas que estudam o português. É a tradição fixada pelo ideal linguístico de correção e pelo uso que determina o costume do masculino genérico” (Rio Grande do Sul, 2014, p. 33).

Fica claro que o texto utiliza concepções gramaticais tradicionais para contra-argumentar em relação à análise morfológica dos morfemas. Realizando apenas uma análise do que expõe a gramática tradicional sobre o gênero, o texto ainda afirma: “[...] não existe nenhuma definição que diga que o masculino seja o genérico do feminino, nem que diga que o masculino serve para nomear o feminino” (Rio Grande do Sul, 2014, p. 32). Vê-se assim que, sobre a questão da marcação de gênero no PB, a crítica é por vezes realizada com base na análise da gramática tradicional; ou a crítica limita-se apenas a afirmar que se trata de um uso sexista, propondo mudanças e intervenções na língua, sem o devido aprofundamento da questão.

Já no campo da literatura científica em linguagem, Mäder (2015, p. 147) argumenta que a proposta morfológica de “[...] masculino genérico e o conceito de gênero não marcado operam em conjunto na manutenção do que chamamos sexismo gramatical”. Para o autor, é preciso rejeitar a ideia de que o predomínio do masculino na gramática seja apenas uma questão estrutural de gênero não marcado. Para ele, há uma relação desse fato com o predomínio do masculino nas relações humanas, não sendo simplesmente arbitrário ou casual.

Carvalho (2020, p. 18) parece ir também na linha de reconhecer a influência da discriminação política/social de gênero na língua e na construção teórica gramatical e faz uma reflexão crítica sobre o próprio conceito de gênero questionando seu papel de gênero gramatical como categoria linguística; e afirma: “[...] gênero, como as demais categorias gramaticais, é apenas uma ilusão”. Para ele, a proposição de uma classe binária prototípica masculino/feminino de classificação é assumida arbitrariamente e não contempla a representação de entidades humanas na contemporaneidade, sendo preciso revisar para gerar um maior reconhecimento das diferentes identidades.

Schwindt (2020, p. 19) também não se limita à análise morfológica de masculino genérico e inclusive discute algumas possibilidades de neutralização de gênero no sistema linguístico do PB. Após analisar tecnicamente diversos empregos inclusivos de gênero, o autor conclui que uma marcação -e tem condições menos limitadas para prosperar “[...] como morfema alternativo de neutro em substantivos e adjetivos que se referem a seres sexuais”.

Fica claro, portanto, que há posições distintas dentro da literatura científica. Neste artigo, buscamos articular os estudos morfológicos sobre a marcação de gênero no PB com as novas discussões teóricas, bem como com os anseios recentes de grupos que não se sentem contemplados com as teorias estruturais. Nessa linha, trataremos a interpretação do morfema -o como masculino via implicatura escalar, utilizando-nos dos pressupostos da chamada Pragmática Formal, como apresentaremos na subseção a seguir.

As implicaturas escalares

O conceito de implicatura foi inicialmente apresentado por Grice (1975) em seu texto seminal ‘Logic and Conversation’, pois buscava tratar das situações em que informações eram veiculadas sem terem sido expressas ou solicitadas estritamente pelo falante. Por exemplo, se o falante informa ao outro que ‘está

chovendo', e o ouvinte imediatamente se desloca com o objetivo de retirar a roupa do varal, podemos dizer que informações foram veiculadas para além do conteúdo expresso da sentença enunciada pelo falante.

Grice (1975) então distingue entre o que vai chamar de implicaturas conversacionais particularizadas (ICP), como a do exemplo anterior, as quais dependem fortemente do contexto e podem gerar informações diversas para cada situação conversacional; e o que chama de Implicaturas Conversacionais Generalizadas (ICG), cujos exemplos principais são as chamadas implicaturas escalares (IE). O caso clássico diz respeito à relação entre os itens lexicais 'alguns/todos'. Vejamos um exemplo:

(1) Alguns alunos saíram.

Se o falante enuncia a sentença acima, isso implica para o ouvinte, pelo uso de 'alguns', a interpretação de que nem todos os alunos saíram. Contudo, isso não é necessariamente verdade. Pode ser o caso de todos os alunos saíram, e o falante só transmitiu a informação de que alguns alunos saíram. Semanticamente, a informação fornecida por 'alguns alunos' não impede a interpretação de 'todos os alunos', mas pragmaticamente uma implicatura é disparada, o que restringe essa possibilidade de interpretação, levando à inferência de 'nem todos os alunos', a partir do proferimento de (1). Ou seja, 'alguns alunos' implica 'nem todos os alunos'.

A implicatura escalar (doravante IE) está diretamente relacionada às máximas conversacionais de Grice (1975, p. 45), mais especificamente à máxima da quantidade, a qual pode ser sintetizada no seguinte brocado: "Do not make your contribution more informative than is required". Desse modo, as IEs são disparadas pragmaticamente pelo mecanismo de inferência realizada ao comparar o que o falante disse com o que ele poderia ter dito, mas não disse. Em outras palavras, essas inferências são baseadas em alternativas possíveis ao que foi dito. No exemplo anterior, se o falante não disse a informação de que 'todos os alunos saíram', é porque esse não deve ser o caso ou ele acredita que não seja o caso. Logo, por implicatura, temos a inferência de que nem todos os alunos saíram.

Na seção 3 deste artigo, estabelecemos uma relação direta entre o par de quantificadores 'alguns/todos' com o par de morfemas -o/-a no PB, tratando este último também como uma implicatura escalar. Dessa forma, a interpretação de que o morfema -o marca o gênero masculino é disparada por implicatura e não por carregar esse traço semântica ou morfologicamente. Antes de discutir essa hipótese mais a fundo, apresentaremos um teste experimental que investiga as interpretações dos falantes para nomes marcados com os morfemas '-o/-a' no PB.

Evidências experimentais²

Considerando que o tema tratado enseja diferentes interpretações para o morfema -o no PB, bem como análises distintas, a metodologia experimental se apresenta como um bom recurso, principalmente porque nos permite ir além de dados introspectivos, lançando mão de ferramentas mais rígidas e sistemáticas de investigação do fenômeno. A partir de uma metodologia experimental, buscamos conhecer e quantificar como os falantes nativos interpretam os morfemas -o e -a em sintagmas nominais definidos designando referentes de gênero feminino. Considerando as análises discutidas anteriormente na Seção 1, estabelecemos as seguintes hipóteses:

- (i) Para SN com o morfema -a, os resultados serão apenas de Verdadeiro.
- (ii) Para SN com o morfema -o, os resultados irão oscilar entre Verdadeiro e Falso.

Em outras palavras, esperamos diferenças nos resultados entre usar o morfema --a ou usar o morfema -o no caso de referentes femininos.

Materiais e métodos

Realizamos um teste de verdadeiro ou falso, o qual consiste em solicitar ao participante que julgue um *input* linguístico considerando uma situação de mundo. Dessa forma, apresentamos uma imagem (indivíduo humano feminino³) e, após a leitura de um sintagma nominal (ora associado ao morfema -o; ora associado ao morfema -a), o falante deveria indicar a veracidade ou não do que leu em relação à figura. Vejamos um exemplo (Figura 1).

Para o exemplo acima, em caso de resposta 'Verdadeiro', o falante interpreta então o morfema -o como sendo possível de designar indivíduos femininos. Em caso de resposta 'Falso', podemos depreender que o

² Projeto aprovado pelo Comitê de Ética em pesquisa com Seres Humanos do Instituto Federal de Santa Catarina, sob CAAE nº 74368823.5.0000.0185.

³ Utilizamos sempre a imagem de um referente feminino porque o objetivo era verificar a possibilidade, ou não, de o SN com morfema -o ser considerado verdadeiro nesses casos. Não há controvérsia sobre o fato de o morfema -o ser considerado verdadeiro para referentes masculinos, por isso não houve necessidade de testar tal situação.

falante interpreta o morfema -o como designador de apenas indivíduos masculinos. Testamos também a mesma imagem, porém com o sintagma nominal associado ao morfema -a.

O teste foi realizado via *web* através da plataforma *GoogleForms*. Utilizamos como itens-alvo, ao todo, 16 sintagmas nominais definidos,⁴ 8 associados ao morfema -o, e 8 associados ao morfema -a. Vejamos, no quadro a seguir, a lista dos SNs, conforme Tabela 1.

Incluímos uma pergunta-controle para garantir que o participante não estava respondendo aleatoriamente. Utilizamos, ademais, 22 distratores, para desviar a atenção do participante e evitar que percebessem o que está sendo testado, o que poderia interferir nas respostas. O teste foi dividido em duas listas para que um participante não respondesse o mesmo SN associado ao morfema -o e ao morfema -a. Assim, quem leu ‘O médico’ não leu ‘A médica’. Cada lista continha 22 perguntas (2 treinos, 8 alvos, 11 distratores e 1 pergunta-controle). Os distratores eram os mesmos entre as listas. Antes de iniciar, o participante precisava ler o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e aceitar sua participação. Em seguida, era encaminhado para duas perguntas-treino. Só então o teste era iniciado.

O veterinário *



☐ Verdadeiro

☐ Falso

Figura 1. Exemplo de alvo utilizado no teste.

Tabela 1. Lista dos alvos utilizados no teste.

SN – morfema -o	SN – morfema -a
O aluno	A aluna
O advogado	A advogada
O engenheiro	A engenheira
O cozinheiro	A cozinheira
O fotógrafo	A fotógrafa
O farmacêutico	A farmacêutica
O médico	A médica
O veterinário	A veterinária

Participantes

Foram recrutados 83 participantes, os quais eram estudantes de nível superior dos cursos de Análises de Sistemas, Engenharia Civil e Engenharia Elétrica, do Instituto Federal de Santa Catarina. As exigências mínimas eram ter mais de 18 anos e ser falante nativo do PB. Isso era feito através de uma afirmação voluntária realizada pelo próprio participante, caso contrário não poderia seguir com o teste.

⁴Optamos por utilizar sintagmas definidos (ex.: ‘O veterinário’) porque sem o artigo o nome tende a ter leitura genérica ou de espécie no PB, o que poderia enviesar consideravelmente os resultados para uma aceitabilidade maior do morfema –o quando designando referentes femininos. Ademais, mantivemos apenas o sintagma nominal, porque em experimentos-piloto verificamos que, muitas vezes, o predicado influenciava o julgamento. Ocorria de o falante considerar o SN falso, mas considerar o predicado verdadeiro e, assim, assinalar verdadeiro.

Resultados e análises

A Tabela 2 de contingência a seguir sumariza os valores de verdade encontrados para SNs com morfemas -a e SNs com morfemas -o em situação de referentes femininos.

Observando a estatística descritiva, podemos perceber uma diferença lateralizada: para o morfema -a houve uma expressiva marcação de valores de Verdadeiro (aprox. 95%), o que já era esperado. Por outro lado, para o morfema -o, houve uma oscilação entre valores de Verdadeiro (aprox. 55%) e Falso (aprox. 45%).

Para investigar a associação entre o morfema utilizado e o valor de verdade atribuído numa situação de referente feminino, realizamos um teste de associação do tipo qui-quadrado. A hipótese nula (H_0) é de que as variáveis não são associadas. Os dados foram coletados de uma amostra de 83 participantes e 664 respostas. Assumimos amostra aleatórias em cada população e independência entre as populações. Os resultados do teste foram os seguintes: $\chi^2 = 37,060$, com 2 graus de liberdade, e um valor-p de 0.0000009. Com um nível de significância de 0.05, os resultados são estatisticamente significativos, indicando uma associação entre o morfema (-a ou -o) e seu valor de verdade. A hipótese nula não foi validada, apontando uma diferença entre os grupos, isto é, há distinção entre usar o morfema -o ou o morfema -a para referenciar indivíduos femininos.

Em outras palavras, enquanto o morfema -a é sempre aceito para indivíduos femininos, o morfema -o oscila. Uma primeira análise que podemos proceder diz respeito ao morfema -a. Como esperado, o resultado expressivo de 95% de valores ‘verdadeiro’ para o morfema -a em situações de referente feminino, em consonância com o resultado do teste estatístico, mostra que, em quase sua totalidade⁵, o morfema -a designa referente femininos, ou seja, seria marcado para gênero, conforme as análises da literatura⁶.

Precisamos, ademais, analisar a oscilação entre Verdadeiro e Falso para o morfema -o. Aproximadamente 55% dos participantes consideraram que o item lexical associado ao morfema -o pode ser usado para designar referente femininos⁷. Tais dados corroboram as análises morfológicas prévias, discutidas na seção 1.1, sobre a genericidade do morfema -o no PB. Para análises morfológicas estruturalistas (Câmara Jr., 1970; por exemplo), de que tratamos na seção 1.1, esse é exatamente o resultado esperado, afinal o morfema não carrega marcas de gênero.

Por outro lado, precisamos considerar e analisar os resultados de Falso para o morfema -o em situações de referente feminino. Como explicar tal resultado? Isso não é esperado na proposta estruturalista. 45% dos participantes consideraram que o morfema -o não designa referentes femininos, o que nos leva a crer que, para esses casos, o morfema -o seria um designador exclusivo de referentes masculinos e, portanto, carregando o traço de gênero, ao contrário do que postulam as análises morfológicas estruturalistas.

Como lidar com esses resultados aparentemente contraditórios? Por que uma hora o morfema -o é verdadeiro e outra hora é falso para designar referentes femininos? Vamos argumentar que essa incompatibilidade é apenas aparente e que esses resultados não podem ser analisados de forma isolada. Ora o morfema -o é verdadeiro e ora é falso porque está em jogo uma implicatura escalar. O morfema -o dispara uma implicatura escalar, levando à interpretação pragmática de que tal morfema designa apenas referentes masculinos (por isso os 45% de ‘Falso’), porém essa implicatura pode ser cancelada (como toda implicatura), levando à interpretação semântica genérica do morfema, isto é, sem traço de gênero (por isso os 55% de ‘Verdadeiro’). Na seção a seguir, discutiremos com mais detalhes nossa proposta.

Tabela 2. Tabela de contingência.

	F	V	Total
Morfema -o	150	182	332
Morfema -a	17	315	332
Total	167	497	664

A marcação de gênero como uma implicatura escalar

Vimos que os resultados do experimento não corroboram completamente a análise estruturalista de que o morfema -o não carrega marca de gênero, pois, para tanto, os resultados deveriam ser 100% verdadeiros para os casos de morfema -o com referente feminino. Não foi esse o caso, os resultados apresentados apontam que ora o morfema -o serve para designar referentes femininos (55%), ora não (45%).

⁵Vale notar que os resultados não foram absolutos (100%). O esperado é que sempre seja verdadeiro o uso do morfema -a para referentes femininos. Contudo, fatores intervenientes do design do teste podem ter levado alguns participantes a não aceitarem o morfema -a como designador de referente feminino. Isso pode estar relacionado com alguma imagem utilizada no teste, por exemplo.

⁶Não realizamos um experimento utilizando o morfema -a em situações de referente masculino, porém não há controvérsias sobre o fato de que a sentença seria falsa. Além do mais, não há qualquer discussão na literatura sobre essa possibilidade. Do mesmo modo, não há dissenso sobre o fato de o morfema -o designar referentes masculinos.

⁷Como bem apontado por um avaliador anônimo, talvez controlar o gênero do participante levantaria mais informações sobre esse resultado, considerando o contexto de coleta dos dados.

Para o primeiro caso, a explicação estruturalista é satisfatória, contudo é preciso entender por que alguns falantes não admitem o morfema -o como designador de referente feminino. Nossa proposta é a de que os falantes associam pragmaticamente o morfema -o ao gênero masculino. Isso pode ser resultado de uma implicatura escalar. Implicaturas são inferências realizadas a partir de um enunciado, mas que podem ser canceladas. São disparadas a partir da quantidade de informação emitida pelo falante e pela expectativa do ouvinte em relação à quantidade de informações fornecida⁸. Dessa forma, para apresentar um exemplo clássico da literatura, temos a seguinte relação para o par *alguns/todos* no PB (ou mesmo no inglês, o par *some/all*):

(2) Alguns jovens são rebeldes +> Nem todos os jovens são rebeldes.

Vemos que o sintagma quantificado *alguns jovens* implica (+>) ‘nem todos os jovens’. Desse modo, quando o falante enuncia (2), isso implica para o ouvinte, pelo uso de ‘alguns’, a interpretação de que nem todos jovens são rebeldes. Porém, essa é uma inferência cancelável já que a sentença a seguir é possível:

(3) Alguns jovens são rebeldes. Aliás, todos são.

Ou seja, pode ser verdade que todos os jovens sejam rebeldes, mas o falante só transmitiu (por desconhecimento, por exemplo) a informação de que alguns são. Pragmaticamente, uma implicatura é disparada, o que leva à inferência de que nem todos os jovens são. O mesmo ocorre com o par de morfema -o/-a no PB:

(4) O aluno está na sala. +> Não há uma aluna na sala.

Podemos realizar o mesmo raciocínio feito para (2) para analisar o caso acima. Quando o falante enuncia (4), isso implica para o ouvinte que não é o caso de que quem está na sala é uma aluna. Essa também é uma inferência cancelável. Vejamos:

(5) O aluno está na sala. Aliás, é uma aluna.

O ouvinte é levado pragmaticamente à interpretação de que se trata de um referente masculino a partir do uso de ‘aluno’, porque, se não fosse, o falante teria utilizado o morfema -a. Então, quando o falante afirma ‘O aluno está na sala’, é porque ele não sabe ou não acredita (não tem informações suficientes) de que seja o caso que é uma aluna. Se o falante soubesse, sendo cooperativo, deveria usar ‘aluna’ porque é mais informativo. Se não usou ‘aluna’ é porque ele acredita (ou não sabe) que não é esse o caso.

Desse modo, podemos construir a seguinte relação de implicaturas:

(6) Alguns +> NegTodos;

(7) Aluno +> NegAluna.

Enquanto o uso de ‘alguns’ gera, por implicatura, a interpretação de que não é o caso que sejam todos, o uso do morfema -o no PB gera, por implicatura, a leitura de que não é o caso que seja um referente feminino.

As implicaturas escalares são assim chamadas porque estão relacionadas a uma escala de informatividade semântica. Conforme Oliveira e Basso (2014), não podemos, contudo, relacionar quaisquer itens para formar uma escala desse tipo. Para tanto, os itens precisam (i) ser de uma mesma classe gramatical; (ii) possuírem uma relação de acarretamento (de modo que um acarrete o outro, mas não o contrário); (iii) ser de um mesmo registro de fala; (iv) ter uma mesma frequência de uso; e (v) pertencerem ao mesmo campo semântico. Todas essas características estão presentes no par *alguns/todos*, mas também podem ser observadas nos morfemas em questão, o que nos leva a postular que o par -o/-a estabelecem uma escala de informatividade entre si.

Um enunciado é mais informativo à medida que exclui mais possibilidades de mundos possíveis. O enunciado menos informativo deixa aberta a possibilidade de a sentença ser verdadeira num maior número de possibilidades. Pensemos numa escala de calor como a seguinte:

(8)

FERVENDO	↑
QUENTE	
MORNO	
FRIO	

Os termos mais acima da escala são mais informativos porque não é verdade que se a água está quente, ela está fervendo. A água precisa estar fervendo para eu usar o topo da escala. Ou seja, a sentença só será verdadeira nessa única situação do mundo. Além do mais, o termo mais informativo acarreta o termo menos informativo, ou seja, se é verdade que está fervendo (100°C) é porque também é verdade que está morno (numa temperatura de 50°C). Assim:

(9) Fervendo = morno

O mesmo vale para a relação *alguns/todos*:

⁸Isto está ligado diretamente à máxima da quantidade: “Make your contribution as informative as is required” (Grice, 1975, p. 45). Com base no princípio da cooperação, o falante deve fornecer o máximo de informação que ele pode (ou em que ele acredita).

(10) Todos $\models$ alguns

‘Todos’ é então mais informativo porque só instaura uma única situação de mundo, a da totalidade do conjunto. Já o termo ‘alguns’ é menos informativo porque permite que a sentença seja verdadeira no caso de apenas alguns membros do conjunto ou no caso da sua totalidade. Se é verdade que todos os alunos estão na sala, também é verdade que alguns alunos estão na sala. O mesmo raciocínio pode ser aplicado ao par -a/-o.

(11) Aluna $\models$ Aluno

O termo ‘aluna’ é mais informativo porque a sentença só será verdadeira numa única situação de mundo em que há indivíduos femininos. Já o termo ‘aluno’ é verdadeiro em pelo menos duas situações de mundo, a de que há indivíduos femininos e a de que há indivíduos masculinos, portanto menos informativo. É possível estabelecer a seguinte escala:

(12) ALUNA 
ALUNO

‘Aluna’ acarreta ‘aluno’ justamente porque o morfema -o não carrega traço de gênero (alinhando-se às propostas morfológicas tradicionais), mas apenas o traço de [+indivíduo], enquanto o morfema -a carrega os traços [+gênero]; [+indivíduo]. Assim, se algo é aluna é porque é um indivíduo e é um indivíduo de gênero específico, acarretando, portanto, a propriedade [+indivíduo] que o morfema -o carrega.

Nas escalas de informatividade, também se observa que o termo menos informativo não acarreta o termo mais informativo. Assim, voltando para a escala em (8), vemos que água morna não acarreta que a água esteja fervendo, do mesmo modo que ‘alguns’ não acarreta a totalidade do conjunto. Nesse sentido, o morfema -o não deve acarretar o morfema -a. Ou seja, uma sentença como em (13) não deve acarretar sempre a sentença em (14):

(13) Um aluno morreu.

(14) Uma aluna morreu.

Vemos que, de fato, não é o caso de (14) ser sempre verdadeira ao enunciar a sentença em (13), pois, se acarretasse, teria que ser sempre verdade que há referentes femininos na situação de uso (já que o morfema -a carrega o traço [+gênero]). Complementarmente, ‘aluno’ não acarreta ‘aluna’ justamente porque o morfema -o não carrega traço de gênero.

Em resumo, vemos uma relação clara de implicatura no par de morfemas -o/-a no PB. O uso do morfema -o implica a negação do morfema -a e, portanto, da possibilidade de gênero feminino. Note-se que esse é um raciocínio pragmático: se não é o caso do mais informativo, é o caso da contraparte negação de -a (logo, a inferência pragmática é de que aluno designa um indivíduo masculino). Esse raciocínio é cancelável, por isso os resultados de 55% para verdadeiro em caso do morfema -o designando entes femininos.

Quando o falante fornece a informação do morfema -a, ele está sendo mais informativo, e o ouvinte então interpreta, pelo princípio da cooperação, que se o falante usou o morfema -a é porque ele sabe ou acredita que é o caso de um referente feminino. Por outro lado, quando o falante não fornece a informação do morfema -a, o ouvinte interpreta que o falante não sabe ou não quis se comprometer com algo mais informativo (morfema -a), logo não deve ser o caso de um referente feminino, sendo então o caso de um referente masculino. Esse é o raciocínio que se dá pragmaticamente gerado pela máxima da quantidade e pela implicatura escalar disparada pelo par -o/-a no PB.

Um contraponto importante que precisamos enfrentar diz respeito ao fato de que as implicaturas escalares são sempre disparadas, ou seja, são a regra. Elas só não ocorrem quando há algum fator que cancele tal implicatura. Considerando, então, nossos dados, os resultados deveriam ser de 100% falsos para o morfema -o em situações de referente feminino; ou pelo menos deveria haver, em absoluta maioria, mais resultados de ‘Falso’ (já que essa é a leitura gerada pela implicatura). Por que isso não ocorre?

Para responder essa pergunta com mais precisão, precisaríamos de um experimento online com controle de tempo para verificar se está havendo uma reanálise, por exemplo, ou se as respostas são fruto de implicatura, o que levaria mais tempo de resposta. Nossa hipótese é a de que, como esse é um tema controvertido, bastante midiaticado e exponenciado em diferentes espaços, acaba havendo respostas conscientes e, de certa forma, mais politizadas no teste, em detrimento de uma resposta mais intuitiva e espontânea para o fenômeno. Se conseguíssemos controlar esse aspecto, os resultados poderiam apontar para a quase totalidade da interpretação do morfema -o como designador exclusivo de referentes masculinos.

Considerações finais

Neste artigo, procedemos uma análise pragmática e formal à questão da marcação de gênero no PB, utilizando-nos sobretudo da metodologia experimental. Realizamos um experimento off-line para quantificar como os falantes nativos interpretam os morfemas -o e -a em sintagmas nominais definidos designando referentes femininos. Os resultados apontaram uma oscilação para o morfema -o, que ora foi interpretado como masculino, ora foi interpretado como genérico. Por outro lado, os resultados apontaram que o morfema -a é apenas interpretado como feminino.

Com os resultados encontrados, a primeira conclusão que pudemos levantar é a de que não parece possível atribuir um caráter morfológico e semântico de gênero masculino ao morfema -o. Desse modo, a possível intuição das pessoas sobre a associação entre o morfema -o e o gênero gramatical masculino somente se sustenta no nível pragmático. O que buscamos mostrar é que o uso linguístico está sujeito a princípios pragmáticos mais gerais, que não são tão controláveis pelos falantes, ou seja, não se limitam a uma análise semântica e morfológica consciente.

Com nossa proposta, realizamos uma ponte, um diálogo, entre as duas posições de que o morfema -o é masculino ou de que é genérico. Com uma pesquisa experimental, mostramos que a interpretação de -o como masculino baseia-se em intuições linguísticas, o que não pode ser ignorado apenas afirmando que a marcação morfológica de gênero no morfema -o é genérica. As análises morfológicas se sustentam, mas precisam de um refinamento maior e levar em consideração outros níveis de análise (não apenas o morfológico), como o pragmático, não rejeitando a intuição linguística dos falantes.

Vale dizer também que não foi nosso intuito discutir posições de intervenção linguística para criação de uma marcação de gênero inclusiva, como um morfema -e ou outras formas, por exemplo. Pode-se inferir equivocadamente que, ao trazer uma análise formal que reafirma que o -o não carrega traços de gênero masculino, este artigo assume a posição contrária aos usos inclusivos da língua. Pelo contrário. Acreditamos que são válidos os movimentos de discussão e implementação de novas formas de uso (desde que bem fundamentados cientificamente e linguisticamente); e os resultados aqui apresentados (especificamente a de que falantes interpretam *aluno* como tendo referente masculino no mundo porque é disparada uma implicatura escalar) dão suporte a tais ações, muito importantes para garantir visibilidade ao e para fortalecer o combate a preconceitos.

Esforços de intervenção, desde que bem embasadas linguisticamente, para acrescentar um novo morfema podem ter sucesso eventualmente e são desejáveis em busca de representatividade e combate à discriminação; ou mesmo que apenas para suscitar novos debates sobre o tema, abrindo novos caminhos; sobretudo para o amadurecimento do tema dentro e fora da linguística.

Referências

- Câmara Jr., J. M. (1970). *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Carvalho, D. S. (2020). As genitálias da gramática. *Revista da ABRALIN*, 19(1), 1-21.
DOI: <https://doi.org/10.25189/rabralin.v19i1.1693>
- Grice, H. P. (1975). Logic and conversation. In P. Cole & J. L. Morgan (Eds.), *Syntax semant* (Vol. 3, p. 41-58). New York, NY: Academic Press.
- Lucchesi, D. (2021). A estrutura da língua e a criação de gênero neutro. *Roseta*, 4(1).
- Mäder, G. R. C. (2015). *Masculino genérico e sexismo gramatical* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Martin, J. W. (1975). Gênero? *Revista Brasileira de Linguística*, 2(1), 3-8.
- Oliveira, R. P., & Basso, R. M. (2014). *Arquitetura da conversação: teoria das implicaturas*. São Paulo, SP: Parábola Editorial.
- Possenti, S. (2012). Questão de gênero. *Ciência Hoje*. Recuperado de <http://cienciahoje.uol.com.br/colunas/palavreado/questao-de-genero>
- Rio Grande do Sul. (2014). *Manual para o uso não sexista da linguagem: o que se diz bem se entende*. Porto Alegre, RS: Governo do Estado do Rio Grande do Sul.
- Schwindt, L. C. (2020). Sobre gênero neutro em português brasileiro e os limites do sistema linguístico. *Revista da ABRALIN*, 19(1), 1-23. DOI: <https://doi.org/10.25189/rabralin.v19i1.1709>.